
RESENHA

Fabíola Sucupira Ferreira Sell¹
Gabriele Cristine Rech²

MACHADO, P. C. *A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Prefaciado pela profa. Dra. Ronice Muller de Quadros, o livro *A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo*, de autoria do professor Paulo César Machado, apresenta valiosa contribuição teórica para a área de educação de surdos no que concerne às discussões envolvendo a inserção de alunos surdos em escolas inclusivas. O livro, lançado pela editora da UFSC em 2008, e que apresenta a pesquisa de mestrado do autor, traz também importantes relatos dos sujeitos surdos pesquisados, dando, assim, voz àqueles que são os mais afetados pelas atuais políticas públicas de inclusão escolar.

Já no primeiro capítulo do livro, intitulado “Algumas palavras introdutórias”, Machado esclarece que suas reflexões foram lançadas tendo por base sua experiência enquanto professor de biologia, em cursos técnicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – Unidade de São José (CEFET-SC/SJ), em classes em que alunos surdos e ouvintes ingressavam. A partir dessa inclusão, inúmeros debates e estudos foram realizados dentro da instituição.

Logo na primeira página do primeiro capítulo, o autor situa o leitor a respeito de que concepção que ele assume em relação aos surdos e à surdez, destacando as definições dos estudos surdos propostos por Skliar (1998), que entende as pessoas surdas pelo viés linguístico e cultural e não pelo discurso clínico.

Continuando suas palavras introdutórias, mais uma vez pautadas na sua experiência, Machado percebe que havia duas concepções por parte dos professores quanto à inclusão dos alunos surdos: ou da impossibilidade de o aluno surdo aprender, ou da crença de que estes deveriam ser educados em escolas especializadas. Entretanto, essas concepções estão em desacordo com o que está previsto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, que afirma que as crianças “portadoras de necessidades educativas especiais” devem ser atendidas, fundamentalmente, nas escolas regulares com vista a promover a integração. Diante disso, o autor levanta a seguinte questão: “o processo de integração/inclusão tem como ser construído a partir das imposições legais dos governantes ou é forjado na e pela prática dos educadores e educandos?”.

A partir de inúmeras dificuldades que os alunos surdos enfrentam durante o seu processo escolar quando incluídos em sala de aula regular, o autor aponta seu principal objeto de estudo: “do ponto de vista do egresso surdo, a escola de ouvintes atende suas peculiaridades de aprendizagem?”. Baseado nos Estudos Surdos e em referenciais

¹Doutora em Linguística pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. E-mail: fabiolafsell@gmail.com

²Mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. E-mail: gabinhails@gmail.com

sociointeracionistas, Machado busca nesse estudo de caso com quatro egressos na rede pública de ensino considerações a respeito da proposta apresentada.

Na introdução do livro é possível perceber que a discussão da inclusão das pessoas surdas na rede regular de ensino é constituída de uma série de inquietações por parte de docentes e discentes: de um lado, profissionais desqualificados e desinformados a respeito das especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas, de outro, indivíduos que anseiam ter acesso ao conhecimento na sua primeira língua, a saber: a língua brasileira de sinais.

O segundo capítulo do livro, sob o título de “Implicações políticas, culturais e linguísticas na educação de surdos”, tem por objetivo dialogar com o leitor a respeito das políticas públicas vigentes no tocante à educação especial e ao movimento de integração/inclusão e suas implicações culturais, políticas e linguísticas na educação das pessoas surdas.

Tendo como aporte teórico Sassaki (1997) e Skliar (1997), o autor contextualiza a educação especial enquanto movimento de integração/inclusão das pessoas consideradas com deficiência, tendo como primeiro momento uma concepção de enfermidade a ser corrigida, em que através de práticas pedagógicas voltadas para reabilitação, o indivíduo deficiente deveria ser preparado para se adaptar aos padrões de normalidade da maioria. Para Machado, esse caráter de “medicalização” da deficiência ainda permanece, levantando questionamentos como a capacidade da escola em lidar com as diferenças e de que forma ela produz práticas educativas em relação às diferenças linguísticas, políticas e culturais.

Localizando-nos historicamente em relação à inclusão, Machado apresenta o início do movimento de integração na década de 1960, que buscava inserir as pessoas com deficiência na educação, trabalho, família e lazer (SASSAKI, 1997). Nas duas décadas seguintes, esse movimento ganhou cada vez mais força, rompendo com o movimento de segregação, o qual pregava que as pessoas com deficiência deveriam ser escolarizadas em escolas especiais. Esse novo movimento encontra sustento nos documentos oficiais, como a antiga Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 4.024/61), que advogava a tentativa de adequar as pessoas “deficientes”, se possível, na educação regular, e na atual LDB (Lei 9.394/96), na qual se afirma que a educação das pessoas com necessidades especiais deve acontecer, preferencialmente, na escola regular.

Machado observa que, na atualidade, o “preferencialmente” está sendo substituído pelo “exclusivamente” na rede regular de ensino, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como forma de apoio às necessidades encontradas em sala de aula. No que diz respeito à educação de surdos, alvo deste trabalho, as dificuldades linguísticas, sociais, educacionais e culturais, quando da falta de outras possibilidades de inserção escolar, são inúmeras e alvo de diversas outras pesquisas.

O autor situa o movimento de inclusão no Brasil com início na década de 90, e tem como premissa, conforme SASSAKI (1997): constituir uma sociedade em que caibam todas as pessoas, que celebra as diferenças, valoriza a diversidade humana, bem como uma igual importância das minorias. Segundo Machado, o movimento constitui-se enquanto um processo de implantação de políticas de acessibilidade e de transformações de mentalidade, tanto das pessoas sem deficiência quanto das com deficiência. Esse novo “modelo de sociedade”, que ganhou força com a Declaração de Salamanca (1994), afirma a necessidade da inclusão das pessoas “portadoras de necessidades educativas especiais” na rede regular de ensino com o cuidado de atender as diferenças individuais de cada aluno.

Logo após apresentar o movimento de inclusão, Machado leva seus leitores a refletir a respeito das implicações das políticas de integração/inclusão no contexto liberal. Inicia suas reflexões apresentando os estudos de Sousa e Góes (1999), que discutem as dificuldades de atendimento à diversidade do alunado dentro da sala de aula regular haja vista a péssima qualidade de educação oferecida no Brasil. Outra face preocupante, segundo o autor, é a inserção desta realidade no contexto neoliberal.

O pesquisador adverte que a política neoliberal que hoje domina o Brasil, não vai de encontro com os compromentimentos oficiais destinados à educação. Esta política é voltada para a intervenção mínima do Estado sendo este, submetido as condições de mercado. Neste sentido, várias são as reformas e os ajustes realizados pelo governo, e a área da educação é um dos setores mais influenciados com cortes de verbas. Neste processo de redução de custos, o Estado se distancia cada vez mais da obrigação com a educação pública, gratuita e de qualidade.

Neste sentido o autor conclui que pensar num processo de inclusão é algo muito mais profundo do que apenas inserir alunos com alguma particularidade em sala ou oferecer atendimento educacional especializado. Segundo Machado: “é a escola de um modo geral que precisa ser questionada, a produção de saberes, as organizações pedagógicas, as concepções...” (p.45) e ela precisa atender às diversidades políticas, linguísticas e culturais e não reforçar ideais homogêneos.

Outro tema abordado no segundo capítulo diz respeito à cultura surda. O autor, logo no início, localiza o leitor no que diz respeito ao conceito de cultura, como algo além do comportamento humano, mas que “integra o campo social”. Cita os estudos de Thompson (1995), que discute três concepções diferentes de cultura: a descritiva, ligada ao estudo de crenças, valores, costumes, convenções de uma determinada sociedade em uma determinada época; a simbólica, que procura definir os fenômenos sociais a partir do simbolismo; e a formulada por ele mesmo: concepção estrutura que da “ênfase tanto ao caráter simbólico dos fenômenos culturais como o fato de tais fenômenos estarem sempre inseridos em contextos sociais estruturados” (p. 51).

Entrando especificamente na questão da cultura surda, o autor remete aos estudos de Skliar (1998), que inverte a lógica dominante ouvintista sobre a surdez, entendendo a comunidade surda enquanto cultura de uma minoria linguística representada pela língua de sinais. Historicamente as pessoas surdas enfrentam sérios embates no que diz respeito à escolha do uso da língua de sinais e ao pertencimento a esta comunidade. O etnocentrismo em relação à educação de surdos é algo marcante, pois busca impor um padrão de normalidade a ser alcançado em detrimento à aceitação do pertencimento a uma outra comunidade e ao uso da língua de sinais.

Refletindo sobre as diferentes concepções de surdez, Machado analisa que na história das pessoas surdas é possível observar dois conceitos diferentes com desdobramentos nas filosofias de educação para esses sujeitos: o conceito clínico e o sócioantropológico. O primeiro entende a surdez como uma patologia a ser medicada, muitas vezes associada a concepção de incapacidade cognitiva do surdo, que desconsidera a língua de sinais e a cultura surda. A partir do Congresso de Milão esta filosofia ganhou forças e embasou metodologias de ensino principalmente do treino fala. A partir dos estudos da linguística, antropologia, sociologia e psicologia, a surdez começa a ser concebida através da visão sócioantropológica,

e as pessoas surdas entendidas enquanto pertencentes a uma comunidade linguística minoritária, que apresenta valores, hábitos e modos de se organizar socialmente.

Nas palavras do autor, desde o final dos anos 60, não apenas os movimentos surdos resistiam ao oralismo; pesquisas a respeito do status da língua de sinais como língua, estudos a respeito da importância da língua de sinais no aprendizado da língua oral e a constatação de parte dos professores de que o oralismo não conseguia dar conta do que se propunha, compunham o cenário de descrédito do método oral.

A partir de 1970 nasce a filosofia da comunicação total, com uma maior aceitação do uso da língua de sinais, não enquanto língua, mas como instrumento de comunicação. Nas atividades em sala de aula, a língua de sinais era associada com a estrutura da língua oral, formando o que chamamos no Brasil de “português sinalizado”. Apesar de ser um passo na aceitação da língua de sinais, esta não era valorizada enquanto língua, mas apenas como um instrumento para o aprendizado da língua oral. Conforme o autor, esta metodologia também não se mostrou satisfatória para o aprendizado das crianças surdas.

Por fim, o autor apresenta a educação bilíngue como a única metodologia compatível com o conceito socioantropológico da surdez. Citando Goldfield (1997), Machado afirma que esta filosofia não requer que o surdo busque o modelo ouvinte, mas tenha acesso à língua de sinais como sua língua natural e às línguas orais como segunda língua. Essa educação bilíngue não tem uma proposta que seja universal, mas deve se constituir enquanto processos culturais e históricos de cada comunidade, conclui o autor.

Ao final deste capítulo, o pesquisador mostra as dificuldades de implantação de uma educação bilíngue em consonância com a política de integração/inclusão. Através de dados do MEC (1998-2000), é possível verificar, segundo ele, que mesmo com o aumento de pessoas com deficiência em escolas regulares, as pessoas surdas ainda têm dificuldades de avanços nos estudos. É possível observar também que estas dificuldades encontradas na integração/inclusão de alunos surdos no ensino regular não é específica do Brasil, Machado aponta estudos realizados na Itália e na Espanha que comprovam que mesmo com o acesso ao ensino, os resultados são insatisfatórios.

Toda a problemática apresentada por Machado neste capítulo ainda é atual na educação das pessoas surdas. O conceito patológico da surdez, a desvalorização da língua de sinais, a falta de profissionais capacitados e o processo de integração/inclusão de alunos surdos em sala de aula regular tem dificultado a implementação de uma educação bilíngue efetiva, que proporcione às pessoas surdas se constituírem enquanto cidadãos autônomos com direitos a uma educação plena.

O capítulo 3, intitulado “A aprendizagem escolar: algumas considerações na perspectiva da pedagogia para surdos”, aborda o reconhecimento das singularidades do sujeito surdo no que se refere às condições essenciais para a sua aprendizagem. Segundo o autor, seguir o princípio constitucional de Educação para Todos pode nos levar a valorizar a igualdade entre indivíduos e com isso a cultura dominante, apagando assim as singularidades de alguns grupos minoritários nos discursos e práticas escolares. Machado alerta que no caso dos surdos essa situação poderá ser ainda mais grave, uma vez que não há uma língua em comum envolvida nos processos de ensino e aprendizagem.

É nesse sentido que o autor elege a perspectiva sócio histórica, baseada nos estudos de Vygotsky, e no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal deste autor, para pensar nas especificidades de aprendizagem do sujeito surdo, indicando que tais estudos relacionam o

processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado à interação social, ou seja, a criança inicia tais processos ao interagir socialmente, o que a leva à internalização das formas culturais de organização cultural.

Machado traz novamente alguns autores como Skliar, Nogueira e Fernandes para refletir sobre a situação da criança surda sob a perspectiva sócio interacionista e esclarece, baseado nesses autores, que as singularidades de aprendizagem do sujeito surdo estão ligadas às dificuldades causadas pela diferença linguística entre esses sujeitos, suas famílias, que na maioria são formadas por ouvintes, e os agentes escolares. Ora, o autor deixa claro que não havendo interação linguística possível entre a criança surda e o mundo que a rodeia, uma vez que a aquisição da Libras se dá tardiamente na maioria dos casos, a privação auditiva extrapola a barreira da comunicação e atinge o desenvolvimento infantil, já que a cultura, a linguagem e o diálogo são fatores essenciais de tal desenvolvimento.

Nesse ponto, o autor ressalta que a abordagem sociointeracionista vai ao encontro da perspectiva socioantropológica da surdez, segundo a qual a comunidade surda caracteriza-se pela especificidade linguística e cultural as quais definem sua identidade, deixando de lado o viés clínico da deficiência.

Essa perspectiva tem-se consolidado nos últimos anos, como esclarece o autor, a partir de estudos sobre a aquisição da linguagem e sua relação com o desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo, segundo os quais a criança surda exposta à aquisição de uma língua de sinais na mais tenra idade apresenta processos de desenvolvimento semelhantes a crianças ouvintes nas mesmas condições relacionadas a línguas orais. Por outro lado, informa o autor, baseado nos estudos de Fernandes (2000), a privação auditiva atrelada à não exposição a uma língua de sinais pode levar a atrasos no desenvolvimento cognitivo de crianças surdas.

Uma vez que a maioria dos surdos brasileiros nasce em famílias ouvintes, Machado levanta reflexões importantes sobre a influência que a dinâmica das interações sociais desses indivíduos nos meios familiar e escolar podem causar na aprendizagem dos surdos. A primeira delas diz respeito ao processo de interação social e ao consequente trabalho pedagógico quando aluno e escola não falam a mesma língua. A segunda questão trata da alfabetização de alunos surdos em um meio escolar que parte do pressuposto de que a escrita é a representação da língua oral, a qual a criança surda não tem acesso de forma natural, aprendendo-a em um ritmo mais lento, segundo palavras do autor.

Sendo assim, segundo Machado, seria necessário um posicionamento da escola em relação ao fato de que a relação de ensino aprendizagem é um processo de mediação sociocultural, que permite a elaboração das funções mentais superiores do sujeito, uma vez que a sala de aula está inserida em um contexto sociocultural em que os valores são compartilhados e negociados. O autor nos leva a questionar: onde o aluno surdo se insere nesse processo? Portanto, é preciso separar o que é próprio da surdez daquilo que é imposto socialmente aos surdos em termos socioculturais, pois não basta a interação social entre professor e aluno; é necessário que se efetivem diferentes tipos de interação social no grupo. A partir disso, o autor conclui que a Educação Bilíngue parece ser o modelo mais eficaz para a educação de surdos e que a presença de professores surdos na escola pode representar o reconhecimento da coletividade identitária desse grupo minoritário.

Por fim, no capítulo 4, que se intitula “Um estudo interpretativo do olhar do egresso surdo sobre a política educacional de integração/inclusão”, o autor apresenta os instrumentos utilizados em sua pesquisa e a sistematização dos dados obtidos a partir dos temas relatados

pelos participantes. As entrevistas semiestruturadas, aplicadas a quatro egressos surdos, versaram sobre o problema de pesquisa e duas questões norteadoras divididas em três temas, quais sejam: interação através da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa; integração/inclusão do aluno surdo na escola regular; abordagem bilíngue e aprendizagem do surdo. As entrevistas foram realizadas em língua de sinais e posteriormente transcritas para o português, gerando grande quantidade de informações. Para a sistematização dos dados, o autor buscou identificar, nas falas dos sujeitos, dois conteúdos principais: a crítica do egresso surdo à política de integração/inclusão e à escola regular quanto ao seu processo de aprendizagem; e as proposições do surdo para sua educação escolar.

E o que revelaram as falas dos surdos na pesquisa de Machado? Os dados obtidos corroboram sensivelmente as hipóteses de trabalho de sua pesquisa. Os dados apontam para a perpetuação da tradição oralista, a qual busca a normalização do surdo e nega a este a aquisição da língua de sinais. Isso ocorre tanto nas famílias dos surdos como nas instituições escolares. Indicam ainda o sentimento de isolamento dos surdos e da indiferença das famílias e da escola quanto a sua singularidade como indivíduo surdo, quando lhe dificultam a interação social. Conforme Machado, esses dados acentuam a importância da língua de sinais como instrumento efetivo de integração social do surdo.

Isso é reforçado, conforme o autor, com os dados que revelam que o empecilho para o relacionamento entre surdos, colegas e professores está na diferença linguística que se estabelece em salas de aula inclusivas, onde se cria uma dependência na aquisição de conhecimentos e no estabelecimento das interações no que se refere ao aluno surdo, seus colegas e professores, já que o aluno surdo não consegue acompanhar as aulas ministradas em português, necessitando de auxílio constante desses, que nem sempre estão dispostos a auxiliar ou ainda não compreendem a situação linguística desfavorável do surdo, inferindo que basta dar textos em português escrito para que ele leia e aprenda sozinho.

Nesse ponto, Machado retoma a discussão de que o aprendizado da língua portuguesa por parte do surdo deve se dar como segunda língua, o que nem sempre é compreendido pela escola e pela família.

Em relação à contribuição da escola regular na integração social do surdo, os dados da pesquisa demonstraram que há poucos avanços nessa área, o que corrobora pesquisas anteriores, segundo Machado. Nos depoimentos dos surdos, o pesquisador destaca, dentre outras questões, que a abordagem de inclusão a que esses sujeitos estavam submetidos era oralista, levando o surdo a ser um mero copiador, o que o colocava em desvantagem em relação aos ouvintes. Além disso, a falta de contato com outros surdos no espaço escolar relatada pelos entrevistados dificultava a construção da identidade surda desses sujeitos e do acesso à língua de sinais, o que reforça, segundo Machado, a importância de uma educação bilíngue para surdos.

Embora lançado em 2008, ou seja, há quase uma década, o livro de Machado ainda é leitura obrigatória para aqueles que desejam discutir as políticas de inclusão para surdos. Em primeiro lugar, porque dá voz a esse sujeito, por apresentar a visão do egresso surdo com depoimentos impactantes que nos levam a entender a trajetória de alguns desses alunos nas décadas de 80 e 90. Em segundo lugar porque, mesmo passados quase dez anos do lançamento do livro, infelizmente a realidade da inclusão escolar para surdos em muitas localidades brasileiras ainda se apresenta muito semelhante ao que é abordado no livro, o que nos faz refletir ainda mais sobre o que a educação inclusiva tem oferecido para estudantes

surdos. Que reverbere em nós, educadores, as palavras de um dos entrevistados quando pensarmos em educação de surdos: “Porque eu realmente não quero que os surdos continuem perdendo muito de si como eu perdi, quero que se desenvolvam” (MACHADO, 2008, p. 132).

Recebido 28/03/2017

Aprovado 04/2017